

ANDRÉ STUMPF

stumpf@cbdata.com.br

O poder do Senado

Federal

Reforma do Judiciário é um assunto delicado, complicado e inegavelmente técnico. No entanto, circunstâncias políticas a colocaram no centro de uma tempestade política, o que poderá comprometer o esforço de modificar, para melhor, os serviços da Justiça no país. Os principais líderes do PFL, entre eles o senador Antonio Carlos Magalhães, são favoráveis à extinção da Justiça do Trabalho.

Se as lideranças não se entendem, a reforma do Judiciário ficará estacionada em alguma gaveta do Congresso Nacional. Essa Justiça especial, dirigida às relações entre capital e trabalho, tem se envolvido em casos de corrupção. O prédio do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo é um monumento ao desperdício e ao desprezo pelo dinheiro público. A eterna questão dos juízes classistas é outro assunto que desperta críticas de todos os lados.

Críticas sempre haverá. Mas pegar o particular pelo geral também pode se constituir equívoco de bom tamanho. No momento em que o país enfrenta sua mais violenta crise de desemprego, extinguir a Justiça que é a última esperança dos trabalhadores parece, à

primeira vista, decisão temerária, para dizer o mínimo. E transformar o debate em questão político-partidária é relegar os argumentos técnicos e razões jurídicas a categoria de assunto menor.

Nos últimos dias, a aliança que dá sustentação ao governo Fernando Henrique Cardoso tem sido pródiga em produzir conflitos internos. O presidente consumiu parte do final de semana trabalhando para segurar seu ministro da Justiça, Renan Calheiros, que pretende sair. Ele, que é do PMDB, não foi consultado, nem ouvido no episódio da designação do novo diretor-geral da Polícia Federal. Se sair, parte do PMDB ameaça ir para a oposição, seguindo, aliás, o caminho apontado pela pesquisa de opinião pública que o partido realizou em todo o país. Os eleitores desejam um PMDB mais aguerrido.

Pela primeira vez, desde que Fernando Henrique tomou posse na Presidência da República, neste mês de julho, haverá recesso no Congresso Nacional. É uma trégua. Os políticos retornam aos estados, fazem política de corpo a corpo em suas bases eleitorais e deixam espaço e tempo livres para o presidente

tomar fôlego. É necessário parar um pouco. No final deste semestre, o segundo governo FHC ainda não conseguiu começar. Está paralisado pelas comissões parlamentares de inquérito, pelas brigas na sua base eleitoral e pelas restrições externas determinadas pelo Fundo Monetário Internacional.

Curiosamente, a área econômica tem dado menos trabalho nos últimos dias. Os números são animadoras e os gênios estão em recesso, e não têm produzido nenhum desastre maior em tempos recentes. Essa é uma das consequências da CPI do Sistema Financeiro. Colocou todos os técnicos em posição defensiva. Nenhum deles quer se expor no momento em que senadores entendem que gente do Banco Central não disse a verdade no plenário. O que se deve perceber no Brasil político contemporâneo é que o poder está todo concentrado no Senado. Os últimos presidentes, com exceção de Collor, vieram do Senado. Um deles, Sarney, retornou à Casa. Ali surgiram as duas comissões parlamentares de inquérito que paralisaram o governo. E ali, também, será decidido o destino da reforma do Judiciário.